



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

SEGEPI/SARP
Nº 113
Proc.: 89058/2021
Rub. _____

60
✓

SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2021 – SARP/MA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO**

Registro de Preços para confecção e fornecimento de carimbos.

2. **MODALIDADE**

A aquisição do presente objeto se dará por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no tipo menor preço por item, pelo Sistema de Registro de Preços.

3. **JUSTIFICATIVA**

3.1. Suprir as necessidades dos Órgãos participantes, com vista de garantir o regular desempenho das atividades desenvolvidas por estes no âmbito da Administração Pública.

3.2. **Da Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:**

3.2.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente licitação tem como um de seus objetivos principais o princípio da Economicidade, pois diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.

3.2.2. Em consonância com o Decreto Estadual nº 36.184/2020, e o Decreto Federal nº 7.892/2013 alterado pelo Decreto Federal nº 9.488/2018 que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir.

3.2.3. Em síntese, as vantagens do SRP, são os seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, houver expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da administração, reduzindo assim o desperdício de materiais em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da administração na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

4. **ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)**

- Agência Estadual de Defesa Agropecuária - AGED/MA;
- Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural - AGERP/MA;
- Escola de Governo do Estado do Maranhão - EGMA;
- Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FAPEMA;
- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - IMESC/MA;
- Instituto de Colonização e Terras do Maranhão - ITERMA;
- Agência Estadual de Mobilidade Urbana e Serviços Públicos - MOB/MA;
- Procuradoria Geral do Estado do Maranhão - PGE;
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/MA;
- Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECOM/MA;
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI/MA;

✓



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

- Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores - SEGEP/MA;
- Secretaria de Estado de meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA;
- Secretaria de Estado de Programas Estratégicos - SEPE/MA;
- Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento – SEPLAN/MA;
- Secretaria de Transparência e Controle – STC/MA;

61
✓

5. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: numerador; Características: sequencial e repetição; Requisitos: com texto personalizado, corpo metálico e dígitos metálicos, com no mínimo 6 dígitos; impressão aproximada: 5mm.	0031452	1 - Unidade	644	277,90	178.967,60
1.1	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: numerador; Características: sequencial e repetição; Requisitos: com texto personalizado, corpo metálico e dígitos metálicos, com no mínimo 6 dígitos; impressão aproximada: 5mm.	0031452	1 - Unidade	214	277,90	59.470,60
02	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; PLACA DE TEXTO: aproximadamente 14 mm x 38 mm (L20); COR DA IMPRESSÃO: PRETA; Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto.	0031461	1 - Unidade	1.840	43,33	79.727,20
03	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; PLACA DE TEXTO: aproximadamente 26mm x 9 mm (L10); COR DA IMPRESSÃO: PRETA; Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto.	0031462	1 - Unidade	1.345	41,66	56.032,70
04	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; PLACA DE TEXTO: aproximadamente 47mm x 18 mm (L30); COR DA IMPRESSÃO: PRETA; Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto.	0031463	1 - Unidade	1.425	48,33	68.870,25
05	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; PLACA DE TEXTO: aproximadamente 58 mm x 22 mm (L40); COR DA IMPRESSÃO: PRETA;	0031464	1 - Unidade	1.225	55,00	67.375,00

19



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

	Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto.					
06	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; PLACA DE TEXTO: aproximadamente 65mm x 45mm; COR DA IMPRESSÃO: PRETA; Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto.	0031465	1 - Unidade	1.165	68,33	79.604,45
07	Carimbo automático - CARIMBO: Automático; Tipo: plástico, autoentintado; COR DA IMPRESSÃO: PRETA; Requisitos: com texto personalizado; almofada de feltro integrada substituível; janela para visualizar texto; Diâmetro aproximado: 40mm.	0031460	1 - Unidade	1.195	61,66	73.683,70
VALOR TOTAL GLOBAL						663.731,50

62

5.1. Os órgãos Demandantes não estão obrigados a adquirir o quantitativo indicado na Intenção de Registro de Preços. A Administração reserva-se ao direito de solicitar qualquer quantidade;

5.2. A quantidade dos serviços previstos constituirá mera expectativa em favor da CONTRATADA, posto que, depende da necessidade de cada Órgão Participante, não estando obrigados a realizá-los em sua totalidade e não cabendo à CONTRATADA pleitear qualquer tipo de reparação;

5.3. Só serão pagos os serviços efetivamente solicitados e devidamente realizados e atestados.

6. AQUISIÇÃO DO OBJETO

A Solicitação do objeto ocorrerá por meio de Ordem de Fornecimento, a ser assinada pelo Ordenador de Despesas ou servidor designado pela CONTRATANTE, contendo as informações dos itens, quantidades, preços unitários e totais.

7. LOCAL DE ENTREGA

7.1. A determinação e indicação dos locais de entrega dos materiais, serão realizadas na Ordem de Fornecimento, no momento de sua devida emissão, considerando a região metropolitana da Grande São Luís, regida pela Lei Complementar Estadual nº 174 de 25 de maio de 2015.

8. PRAZO DE ENTREGA

8.1. O prazo para entrega dos materiais será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento.

8.2. O Prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pelo Órgão Demandante.

8.2.1. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela Autoridade Competente, devendo a solicitação ser encaminhada ao Órgão Demandante, até 05 (cinco) dias antes do término do prazo indicado no item 8.1.

9. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

9.1. A simples entrega do(s) produto(s) objeto(s) da autorização/solicitação não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da conformidade pelo Corpo Técnico dos Órgãos Participantes.

9.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito da verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

9.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias consecutivos do recebimento provisório.

9.1.2.1. Em caso de conformidade, o servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais, no verso da Nota Fiscal e encaminhará ao Setor Financeiro da CONTRATANTE, para fins de pagamento.

9.1.2.2. Em caso de não conformidade, o servidor designado devolverá a Nota Fiscal dos materiais, para as devidas correções.

1



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.2. Os materiais deverão estar contidos em embalagens próprias, sem qualquer violação ou 3
danificação, obedecendo aos respectivos prazos de validade, das marcas oferecidas.

9.3. Os materiais serão recebidos e aceitos após inspeção realizada pelo FISCAL DE
CONTRATO ou pelo servidor encarregado pelo recebimento, podendo ser rejeitados caso não atendam
ao quantitativo solicitado ou não estejam em perfeitas condições para a utilização.

9.4. Os itens deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas descritas neste
Termo de Referência. Se a qualidade ou características dos itens entregues não corresponderem às
especificações exigidas no edital e na proposta, os mesmos serão devolvidos, no todo ou em parte, à
CONTRATADA, para que providencie sua substituição no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após
notificação, independente da aplicação das sanções cabíveis.

9.4.1. Caso o prazo acima não seja observado, poderá restar caracterizada inexecução
contratual, ressaltando-se que a simples substituição dos materiais não exime a Contratada da aplicação
de penalidades por atraso no fornecimento.

10. FISCAL DE CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE designará um FISCAL DE CONTRATO, o qual promoverá o
acompanhamento do fornecimento dos produtos e a fiscalização do contrato, sob os aspectos
qualitativos e quantitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à
CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por
parte da mesma.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1. A Qualificação Técnica dos licitantes deverá ser comprovada através de:

11.1.1. No mínimo, 01 (um) Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica, fornecido
por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu ou está
fornecendo produtos compatíveis com o objeto desta licitação. O atestado deverá ser impresso em papel
timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus
sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa
indicação de seu nome completo e cargo/função.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela
CONTRATADA;

12.1.2. Receber os produtos adjudicados, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições
estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a CONTRATADA entregar fora das
especificações do Termo de Referência;

12.1.4. Comunicar à CONTRATADA após apresentação da Nota Fiscal, o aceite do servidor
responsável pelo recebimento dos produtos adquiridos;

12.1.5. Fiscalizar a execução do contrato, aplicando as sanções cabíveis, quando for o caso;

12.1.6. Efetuar o pagamento da CONTRATADA no prazo determinado no Edital e em seus
anexos, inclusive, no contrato;

12.1.7. Notificar, por escrito à CONTRATADA, ocorrência de eventuais imperfeições no curso
de execução do objeto, fixando prazo para a sua correção.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da CONTRATADA:

13.1.1. Entregar todos os materiais, novos e de primeira qualidade, conforme especificações do
Termo de Referência e em consonância com a proposta de preços, sob pena de impugnação dos
mesmos pela fiscalização.

13.1.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações
assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.1.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo
CONTRATANTE;

13.1.4. Apresentar à CONTRATANTE, o nome do Banco, Agência e o número da conta bancária,
para efeito de crédito de pagamento das obrigações;

13.1.5. Assumir total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus
funcionários venham a causar ao patrimônio da CONTRATANTE ou a terceiros quando da execução do
contrato;

13.1.6. Substituir eventuais produtos que estejam com validade vencida e/ou que não estejam
em conformidade com o termo de referência e proposta de preços, com as mesmas especificações.



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

SEGEP/SARP
Nº 113
Proc.: 89058/2021
Rub. 8

13.1.7. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.1.8. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

13.1.9. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

13.1.10. P rever em seu orçamento, todas as despesas diretas e indiretas para o completo fornecimento dos materiais descritos neste Termo de Referência.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Se a licitante vencedora, injustificadamente, recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar o instrumento contratual, a sessão poderá ser retomada e as demais licitantes chamadas na ordem crescente de preços para negociação, sujeitando-se o proponente desistente às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- b) multa de até 20% (vinte por cento) do valor global da proposta, devidamente atualizada.

14.2. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos materiais sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

14.3. Além das multas aludidas no item anterior, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções à Contratada, garantida a prévia e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Contrato:

- a) advertência escrita;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) impedimento para participar de licitação e assinar contratos com o Estado pelo prazo de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Sistema de Integrado de Gestão Administrativa – SIGA por igual período.
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

14.4. As sanções previstas nas alíneas "a", "c", "d" e "e", poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea b.

14.5. Caberá ao Fiscal do Contrato, designado pela CONTRATANTE propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

14.6. A Contratada estará sujeita à aplicação de sanções administrativas, dentre outras hipóteses legais, quando:

- a) prestar os serviços ou entregar os materiais em desconformidade com o especificado e aceito;
- b) não substituir, no prazo estipulado, o material recusado pela contratante;
- c) descumprir os prazos e condições previstas neste Pregão.

14.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela CONTRATANTE.

14.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

14.9. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.10. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste Termo de Referência. 65

14.10.1. As sanções do item acima também se aplicam a integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 22, §4º do Decreto Estadual nº 36.184/20. W

14.11. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (artigo 43, inciso IX do Decreto Estadual nº 36.184/20), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 45, caput do Decreto Estadual nº 36.184/20).

14.12. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 39 do Decreto Estadual nº 36.184/20, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo não superior a 30 (TRINTA) DIAS, contados a partir da efetiva entrega dos produtos e/ou prestação serviços, com aceitação, mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente atestada, assinada e datada por quem de direito;

15.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado atesto pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

15.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

15.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem de pagamento.

15.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.5.1. A contratada regularmente optante pelo simples nacional, nos termos da lei complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida lei complementar.

15.6. O contratado deverá manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, devendo esta demonstrar por meio da seguinte documentação:

15.6.1. Certidão Negativa de débito, dívida ativa da União e Previdenciária;

15.6.2. Certidão Regularidade do FGTS - CRF;

15.6.3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;

15.6.4. Certidão Negativa da CAEMA, caso a empresa seja do Estado do Maranhão;

15.6.5. Outros que sejam necessários para a realização do certame.

15.7. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida ao contratado para retificação e reapresentação.

16. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o artigo 27 do Dec. Estadual 36.184/2020, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, não podendo ainda, exceder na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

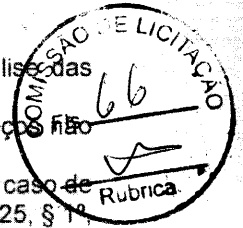
17. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

17.1. Após o encerramento da etapa competitiva, além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao do licitante vencedor;



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA GESTÃO, PATRIMÔNIO E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES
SECRETARIA ADJUNTA DE REGISTRO DE PREÇOS

SEGEPI/SARP
Nº 119
Proc.: 89058/2021
Rub.



17.2. Para registro adicional de preços dos demais licitantes será exigido a análise das documentações de habilitação;

17.3. A apresentação de propostas adequadas para fins de registro adicional de preços não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante vencedor;

17.4. O registro a que se refere o item 17.1, tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos arts. 25, § 1º, 26, II e 39 no Decreto Estadual 36.184/2020, devendo ser registrados obedecendo à ordem prevista no art. 19, §3º, do referido Decreto Estadual.

18. GARANTIA DOS MATERIAIS

18.1. Os produtos deverão conter um prazo de garantia mínima de 90 (noventa) dias, devendo, ainda, ser entregues sem prejuízo da garantia do fabricante.

18.2. Durante o prazo de garantia dos materiais, a CONTRATADA fica obrigada a substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

19. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

19.1. O valor global estimado para o presente Registro de Preços será definido pela Unidade Gestora de Especificações e Banco de Preços.

20. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. A Ata de Registro de Preços decorrente do presente Pregão terá validade de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação.

21. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO À ME, EPP E MEI

21.1. Em atendimento ao artigo 9º da Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015 regulamentou o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, nas licitações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, fica estabelecido:

21.1.1. Fica reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI.

21.1.2. Para os itens cujos valores estimados sejam de até R\$80.000,00 (oitenta mil reais) será realizada licitação exclusiva às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos do disposto no art. 6º da Lei Estadual acima mencionada.

São Luis/MA, 20 de Maio de 2021

Atesto.

Bruno Vinicius Moreno Sampaio
Assessor Especial

Aprovo.

Raphaele Silva Galeno Carneiro
Gestora de Estratégia de Compras